

# O Governo João Goulart e o Golpe de 1964: da construção do esquecimento às interpretações acadêmicas<sup>1</sup>

*Lucilia de Almeida Neves Delgado*<sup>2</sup>

Universidade de Brasília y Universidade Federal de Minas Gerais

Artículo de revisión derivado de investigación  
Recibido: agosto 17 de 2012 - Aprobado: octubre 19 de 2012

---

## **Resumo:**

O presente artigo analisa livros e artigos interpretativos sobre o golpe de estado de 1964, no Brasil e sobre a trajetória política do Presidente João Goulart, deposto pelo referido golpe. Considera: o tempo em que os textos foram publicados e também as relações entre memória e história e entre lembrança e esquecimento.

**Palavras chave:** História do Brasil, presidente João Goulart, golpe político de 1964, interpretações, história, memória.

- 
- 1 Este artigo é um dos produtos do projeto de pesquisa *Historiografia, História e Memória: O Governo João Goulart e o golpe de 1964*.
  - 2 Professora do Departamento de História da Universidade de Brasília; Professora Titular da PUC MG (1996-2010); Professora aposentada da Universidade Federal de Minas Gerais.  
Endereço eletrônico: lucilianeves@terra.com.br

## El gobierno de João Goulart y el golpe de 1964: de la construcción del olvido a las interpretaciones académicas

### Resumen:

Este artículo examina los libros y artículos interpretativos sobre el golpe de Estado de 1964, en Brasil, y la trayectoria política del presidente João Goulart, depuesto por ese golpe. Considera el momento en que los textos se han publicado y también la relación entre la memoria y la historia, entre el recuerdo y el olvido.

**Palabras clave:** Historia de Brasil, presidente João Goulart, golpe de estado de 1964, interpretaciones, historia, memoria.

---

## The government of João Goulart and the coup d'état in 1964: from the construction of forgetfulness to academic interpretations

### Abstract:

This text examines the books and the articles about the coup d'état of 1964, in Brazil, and the political career of the President João Goulart, who was overthrown of government. Also, it considers the time in which those texts were published and the relationship between memory and history, souvenir and oblivion.

**Keywords:** History of Brazil, political coup of 1964, president João Goulart, interpretation, history, memory

---

### Introdução:

O presente artigo analisa textos representativos da produção historiográfica brasileira referente ao governo João Goulart - Brasil (1961-1964) e ao golpe de estado que o depôs. A ideia nuclear, que orienta o diálogo desenvolvido com autores e textos, é de que a produção historiográfica sobre a trajetória política de João Goulart ainda é numericamente pouco expressiva. Apresenta, entretanto, não poucas vezes, interpretações dissonantes, em especial quando se referem ao período do seu mandato presi-

dencial. Alguns dos autores dessas interpretações além de analisarem a conjuntura em foco também avalizam as estratégias de desqualificação sobre o ex-presidente e seu governo.<sup>3</sup>

João Goulart foi um político que iniciou sua trajetória política, em uma fase da República Brasileira em que predominou uma orientação desenvolvimentista inaugurada nos anos de 1930 com Getúlio Vargas. O período conhecido no Brasil nacional desenvolvimentista está situado no marco cronológico de 1930 a 1964. Essa fase que não é homogênea e que apresenta peculiaridades em suas diferentes conjunturas, tem sido contemplada por produção historiográfica bastante significativa, com destaque recorrente para a atuação dos presidentes Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. A mesma ênfase não acontece em relação a João Goulart que, até recentemente, tem sido relegado a um segundo plano pela produção historiográfica e também pela memória coletiva nacional. Todavia, Jango foi um dos principais líderes trabalhistas brasileiros. Orientou, com indiscutível coerência, sua prática política por uma opção de consolidação renovada da herança trabalhista e pela adoção e apoio a iniciativas destinadas à ampliação da cidadania social e à defesa dos interesses nacionais. Seu mandato presidencial, contudo, foi marcado por forte efervescência social e instabilidade política relacionadas:

- ao fato de que ao se tomar o principal depositário da tradição trabalhista de Vargas também herdou seus opositores.

- às condições excepcionais que predominaram durante todo seu mandato presidencial. Sua posse aconteceu em um contexto de crise, deflagrada pela ação de seus adversários políticos. Sob a égide da crise governou por três anos. A princípio, sob a vigência de um sistema de governo parlamentarista que limitava seus poderes. Em seguida, recuperada sua plena capacidade governamental, em um sistema de governo presidencialista, em um contexto marcado por inegável polarização política, nacional e internacional.

Manifestações sociais mais autônomas que, sempre foram mal absorvidas pelo processo político brasileiro, no governo de João Goulart ampliaram-se e ganharam maior densidade e capacidade de pressão. Na esfera da sociedade civil, no campo do reformismo social, destacaram-se, por exemplo, a atuação cotidiana das ligas camponesas, do movimento estudantil e das organizações sindicais. Em uma conjuntura marcada pela guerra fria, o crescimento expressivo de manifestações organizadas por esses sujeitos coletivos, reivindicando reformulações nas políticas públicas sociais e na relação governamental com os investidores estrangeiros, contribuiu para o adensamento da polarização política peculiar àquele tempo de dicotomia internacional.

Como presidente, João Goulart atuou, no escopo da democracia política, pela efetivação de uma democracia social no Brasil. Tal orientação, apesar de considerada moderada por alguns segmentos do movimento social nacionalista e reformista, trouxe desconforto aos conservadores que com ela

---

3 No que concerne à questão da desqualificação e esquecimento referentes a João Goulart, as ideias apresentadas no presente artigo aproximam-se das análises desenvolvidas por Carlos Fico, no livro *O Grande Irmão. Da Operação Brother Sam aos Anos de Chumbo. O Governo dos Estados Unidos e a Ditadura Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, págs. 67-74; e também por Angela de Castro Gomes no artigo "Memórias em disputa: Jango Ministro do Trabalho ou dos Trabalhadores?" in FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *João Goulart: Entre a Memória e a História*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

não concordavam. Destacaram-se entre eles: o partido da União Democrática Nacional (UDN), setores das forças armadas, igreja católica conservadora, proprietários rurais, setores da classe média, como mulheres, a maior parte do empresariado nacional e investidores internacionais. Uniram-se em forte atuação desestabilizadora de seu governo, que culminou com o golpe que o destituiu.

Antes e depois do golpe de 1964 não foram poucas as iniciativas que provocaram e induziram à desqualificação do presidente João Goulart e de sua trajetória política. Foram desenvolvidas por seus opositores desde sua posse como Ministro do Trabalho em 1953. Estenderam-se, com vigor, à conjuntura pré 1964 e ganharam fôlego nos anos seguintes ao golpe que o depôs. A elas se somou um silêncio que urdiu um esquecimento consoante com o objetivo dos responsáveis pelo regime autoritário de legitimar suas ações.

A grande imprensa também acabou por contribuir com essa linha de ação. Por muitos anos desconsiderou a possibilidade de trazer à tona qualquer notícia referente ao presidente Goulart, que se exilara no Uruguai. À época do regime militar a justificativa tácita para essa linha editorial, adotada por jornais, rádios e televisões brasileiras, poderia ser explicada pelo controle governamental sobre os meios de comunicação de massa e pela necessidade de sobrevivência em um tempo de arbítrio. Mas, passado esse tempo, o silêncio continuou. Mesmo em 1976, quando o ex-presidente Goulart faleceu no exílio, o noticiário sobre sua morte, censurado pelo governo federal, foi bastante acanhado e traduziu não mais que a obrigação jornalística de informar.

No meio acadêmico, a desconsideração para com João Goulart, até a primeira década do século XX, também não tem sido muito diferente. A produção sobre a trajetória política do ex-presidente e sua deposição somente nos últimos oito anos começou a crescer. Tal movimento, ainda que tardio e necessário, baseia-se, primordialmente, em duas explicações:

- motivação relacionada às efemérides referentes aos quarenta anos do golpe civil e militar, em 2004 e aos trinta anos da morte de João Goulart, em 2006;

- formação universitária de uma nova geração de historiadores, cientistas políticos e sociólogos. Alguns desses jovens intelectuais tem se dedicado a analisar a trajetória de Goulart e o Golpe de 1964, segundo uma nova perspectiva teórica, vinculada à nova história política e com base em novas e diversificadas fontes documentais.

O presente artigo analisa textos representativos dessa nova safra de produção, além de considerar interpretações pioneiras sobre o mesmo assunto, publicadas nas décadas de 1970, 1980 e 1990. Baseia-se em dois outros textos de nossa autoria<sup>4</sup> e dialoga com artigos de historiadores que, em anos recentes, publicaram balanços sobre a produção historiográfica referente ao golpe político de 1964.<sup>5</sup>

4 DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. "1964: Temporalidades e Interpretações" in REIS, Daniel, RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O Golpe e a Ditadura Militar. 40 Anos Depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves, BEZERRA, Manuela e COELHO, Virgílio. *Um Olhar Sobre uma Lacuna a Produção Historiográfica Sobre o Governo João Goulart. Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia: Historiografia e Modernidade*. Mariana: UFOP, 2007.

5 BADARÓ, Marcelo Mattos. "O Governo João Goulart: Novos Rumos da Produção Historiográfica" in *Revista Brasileira de História*

Como a dimensão de um artigo não possibilita a análise do conjunto da produção histórica sobre o assunto, uma seleção de autores foi inevitável. Os critérios que a orientaram foram os seguintes: representatividade de orientações teóricas e metodológicas e contribuição para a ampliação da pesquisa documental e do debate acadêmico.

## Historiografia e temporalidade

Toda produção historiográfica tem como pressupostos duas dimensões inerentes ao movimento da História: tempo e espaço. As concepções sobre o tempo, em sua heterogeneidade, estão registradas em análises e interpretações vinculadas a diferentes teorias sobre a temporalidade e seus processos diacrônicos e sincrônicos. Há interpretações, por exemplo, que privilegiam a dimensão do tempo longo. Outras destacam os movimentos conjunturais e de impacto imediato como sendo os verdadeiramente revolucionários e transformadores. Longos ou curtos, simultâneos ou sucessivos, passados ou futuros os tempos são substratos da dinâmica histórica. Trazem em si a História enquanto realização concreta das ações humanas e também a História como conhecimento produzido. Em outras palavras, para um melhor entendimento sobre a produção do conhecimento histórico e historiográfico é fundamental considerar dois tempos específicos: o referente ao desenrolar dos acontecimentos e processos e o relativo à produção de interpretações e narrativas sobre esses mesmos acontecimentos e processos. Quanto ao espaço, também exerce forte influência sobre as produções históricas e historiográficas, pois as análises estão integradas à cultura de um determinado grupo, inserido em um local específico, marcado por hábitos, valores e vivências peculiares.

O processo histórico que marcou a trajetória republicana brasileira nos anos de 1961 a 1964 tem sido objeto de interpretações, ora divergentes, ora complementares. Mas, com certeza, elaboradas sob a influência dos seguintes fatores: condições de acessibilidade à documentação e hegemonia de determinadas teorias no período em que foram produzidas.

A produção historiográfica referente ao governo João Goulart e ao golpe de 1964<sup>6</sup> apresentada no presente texto, assim está classificada:

- visão estruturalista das razões que levaram à deposição do presidente Goulart;
- ênfase no caráter preventivo do golpe político;
- caracterização conspiratória das ações pré-golpe de estado;
- visão conjuntural, com destaque para a questão da democracia;

---

v. 28, n. 55, 2008; FICO, Carlos, op. cit., 2008; FICO, Carlos. *Além do Golpe: Versões e Controvérsias Sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004; TOLEDO, Caio Navarro. "1964: Golpismo e Democracia. As Falácias do Revisionismo" in *Crítica Marxista* n. 19, 2004.

6 Cabe esclarecer que, em razão das dimensões deste artigo, não incorporamos ao balanço apresentado biografias e livros de depoimentos e de memórias.

- novo ciclo produtivo: acesso à documentação inédita, registro de efemérides e registros da relação memória e história.

Visões estruturalistas e funcionais:

As análises que privilegiam um enfoque estruturalista predominaram na década de 1970. Foram elaboradas por intelectuais ligados a diferentes universidades do eixo Rio/São Paulo e a alguns centros de pesquisa, como o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) e o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC), criados para absorver pesquisadores afastados da docência universitária pelo regime militar. Filiam-se à dimensão dos tempos longo e médio e relacionam a crise institucional do início da década de 1960 e a deposição do presidente João Goulart a problemas atávicos da realidade nacional, com ênfase para o subdesenvolvimento e para o atraso da industrialização do Brasil. Entre os autores que adotam essa linha interpretativa há uma predominância de sociólogos, economistas e cientistas políticos. Entre eles selecionamos os seguintes: Otávio Ianni,<sup>7</sup> Fernando Henrique Cardoso,<sup>8</sup> Maria da Conceição Tavares<sup>9</sup> e Francisco de Oliveira.<sup>10</sup> Cada um apresenta ideias e proposições acerca dos acontecimentos do início da década de 1960 bastante peculiares e em alguns pontos até divergentes. Esse é o caso, por exemplo, dos economistas Tavares e Oliveira. Enquanto a primeira defende a ideia que a ruptura institucional foi precedida e influenciada por uma crise generalizada de realização (baixo consumo), Oliveira afirma que só chegou a haver uma crise de realização para os produtos destinados ao consumo da população menos favorecida, em decorrência do processo de concentração de renda adotado pelo modelo de capitalismo desenvolvimentista implantado no governo Juscelino Kubitschek.

Apesar das diferenças explicativas presentes em alguns dos enfoques acima apresentados, essas interpretações apresentam argumentação nuclear comum que aproxima os diferentes autores. Trata-se da opção pelo registro estruturalista dos processos econômico, social e político brasileiro. Segundo esses autores, na década de 1960 as atávicas contradições brasileiras, acirraram o confronto político que se desdobrou na deposição do presidente Jango.

A convergência de suas ideias assim se manifesta:

- convicção de que o processo de industrialização tardia no Brasil atingiu um ponto crítico, que demandava soluções para resolução dos conflitos sociais a ele inerentes. Tais soluções se apresentaram sob a forma autoritária de regulação dos referidos conflitos;
- vinculação do golpe político às incompatibilidades entre os modelos agrário exportador e o desenvolvimentista industrializado e internacionalizado;
- convicção de que a opção por uma orientação econômica industrializante internacionalizada,

7 IANNI, Otávio. *O Colapso do Populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

8 CARDOSO, Fernando Henrique. "Associated-Dependent Development: Theoretical and Practical implications" in STEPAN, Alfred (ed.). *Authoritarian Brazil*. New Haven: Yale University Press, 1973.

9 TAVARES, Maria da Conceição. *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

10 OLIVEIRA, Francisco. *Economia Brasileira: A Crítica à Razão Dualista*. São Paulo: CEBRAP, 1975.

consolidou a dependência econômica, gerou crescente concentração da renda e propiciou a eclosão de contundentes manifestações sociais reformistas e nacionalistas.

O golpe, portanto, tomou-se inevitável, pois decorreu de um agudo acirramento do conflito social, que ganhou dimensões de disputa política e ideológica.<sup>11</sup>

## Interpretações que enfatizam o caráter preventivo do golpe civil e militar de 1964

Os seguintes autores são representativos das análises que identificam o golpe político de 1964 como preventivo. São eles, o sociólogo Florestan Fernandes<sup>12</sup> e os historiadores Caio Navarro de Toledo,<sup>13</sup> Lucília de Almeida Neves Delgado<sup>14</sup> e Jacob Gorender.<sup>15</sup> Suas ideias convergem quanto ao entendimento de que a principal motivação do golpe que depôs o governo constitucional, empossado em 1961, decorreu de forte descontentamento de setores conservadores da política brasileira com a crescente e autônoma organização da sociedade civil naquela conjuntura.

A destituição do Presidente da República, bem como o afastamento compulsivo de seus aliados da vida pública nacional, segundo seu entendimento objetivou evitar potenciais e profundas modificações na estrutura econômica e política do Brasil. As análises desses autores mesclam horizontes da longa duração com motivações conjunturais e enfatizam que os militares e civis que depuseram João Goulart agiram impulsionados por uma perspectiva preventiva. Isso porque, o projeto de reformas de base, inclusive os da reforma agrária e do controle da remessa de lucros, ensejou, nos setores conservadores o temor de uma revolução social.

Cabe destacar que Florestan Fernandes aprofunda uma linha de análise que identifica a ruptura política de 1964 como uma contra-revolução, que impediu a transição de uma democracia restrita para uma democracia ampliada. No escopo de sua argumentação acaba também por reforçar proposições que qualificam o governo Goulart como “incompetente”, “tíbio” e “débil”.

11 Sobre a tese da inevitabilidade do golpe vide: FERREIRA, Jorge. “O Governo João Goulart e o Golpe Civil Militar de 1964” in FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano. O Tempo da Experiência Democrática – Da Democratização de 1945 ao Golpe Civil Militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 3.

12 FERNANDES, Florestan. *O Brasil em Compasso de Espera*. São Paulo: HUCITEC, 1981; FERNANDES, Florestan. “O Significado da Ditadura Militar” in TOLEDO, Caio Navarro (org.). *1964: Visões Críticas do Golpe – Democracia e Reformas no Populismo*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

13 TOLEDO, Caio. *O governo João Goulart e Golpe de 1964*. São Paulo: Brasiliense, 1984; TOLEDO, Caio Navarro. “Democracia populista golpeada” in TOLEDO, Caio Navarro (org.). *1964: visões críticas do golpe*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

14 DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do Getulismo ao Reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. “Trabalhadores na Crise do Populismo: Utopia e Reformismo” in TOLEDO, Caio Navarro, op cit, 1997.

DEGADO, Lucília de Almeida Neves. “Partidos Políticos e Frentes Parlamentares: Projetos, Desafios e Conflitos na Democracia” in FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves, op. cit., 2003.

15 GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas. A Esquerda Brasileira: das Ilusões Perdidas à Luta Armada*. São Paulo: Ática, 1987.

Caio Navarro de Toledo, historiador pioneiro dos estudos sobre o golpe de 1964, enfatiza que:

- a instituição de um regime autoritário no Brasil em 1964 foi decorrente de fatores conjunturais, como crise na economia, ampla mobilização política das massas populares, fortalecimento dos movimentos operário e camponês, crise do sistema partidário e inédita luta de classes decorrente da defesa de projetos dissonantes para o Brasil. Para esse autor o governo João Goulart nasceu sob o signo do golpe e não conseguiu, apesar de seus esforços, angariar qualquer apoio das classes dominantes. Por outro lado, sofreu crescente pressão dos movimentos populares que reivindicavam maior agilidade na adoção das reformas de base. Diante do impasse, em um contexto de forte tensão, acabou por romper os limites do pacto populista e decidiu executar as reformas reivindicadas pelos trabalhadores. A expressão maior dessa orientação, adotada após infrutíferas tentativas de construção do consenso, foi o anúncio de medidas reformistas em um Comício que aconteceu no dia 13 de março de 1964.

Delgado também destaca que o caráter preventivo do golpe efetivou-se por uma articulação precisa dos setores conservadores. Para a autora, às vésperas de 1964, o governo Goulart foi submetido a um tríplice confronto: com os conservadores aliados aos investidores internacionais; com a ala mais à esquerda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e com os movimentos populares e sindicais, que adquiriram grande capacidade de pressão. Esse quadro conflituoso trouxe forte desconforto e apreensão aos setores conservadores. Era preciso, segundo seu entendimento, estagnar o crescimento dos movimentos sociais e por fim à experiência governamental de Jango que, por ser “demagógica”, não conseguia conter as mobilizações populares. Além disso, acusavam o presidente de ser leniente com uma “ameaça socialista”. Tais razões seriam, segundo autora, suficientes para justificar o golpe preventivo.

A análise marxista mais conhecida sobre o processo histórico do início da década de 1960 foi elaborada por Jacob Gorender, em 1987. Para explicar a instabilidade daqueles anos, o autor recorre a explicações de base econômica estrutural como, desenvolvimento tardio do capitalismo e crise de substituição de importações. Enfatiza, contudo, o caráter preventivo da deposição de João Goulart. Adota o conceito de modernização conservadora e afirma que o núcleo burguês industrializante e os grupos representativos do capital estrangeiro, que investiam na economia brasileira, perceberam os riscos das reformas de base e optaram por aderir ao golpe preventivo e contra revolucionário.

Gorender, como Fernandes, também identifica a conjuntura do início dos anos de 1960, como pré-revolucionária. Seu entendimento é o de que o capital industrial apostava na modernização do Brasil, mas a queria conjugada a um forte controle governamental sobre os movimentos sociais.

## **Análises que privilegiam explicações conspiratórias do golpe**

Alguns autores, que publicaram seus livros no final da década de 1970 e ao longo da década de 1980, desenvolveram interpretações segundo as quais a ruptura da ordem política em 1964 foi decorrente de uma ação conspiratória levada adiante pela aliança dos seguintes grupos sociais e partidos políticos:

setores anticomunistas das forças armadas, sendo alguns deles vinculados à Escola Superior de Guerra, parte expressiva do empresariado nacional, latifundiários e demais proprietários rurais, segmentos conservadores da igreja católica, capital internacional que tinha interesses no Brasil e entre os partidos políticos, principalmente a UDN.

Os conspiradores contaram com o apoio de organizações como: Agência Central de Inteligência Norte Americana (CIA), Instituto de Políticas Econômicas e Sociais (IPES), Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), Ação Democrática Parlamentar (ADP), Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), Liga da Mulher Democrata (LIMDE), além de jornais grande imprensa, como o Estado de São Paulo e O Globo, que eram historicamente anti trabalhistas.

Entre os intérpretes que entendem que o movimento de 1964 teve nas ações conspiratórias sua principal característica, selecionamos: Moniz Bandeira,<sup>16</sup> René Dreiffus,<sup>17</sup> Heloísa Starling<sup>18</sup> e Otávio Dulci,<sup>19</sup> que publicaram suas análises no final da década de 1970 (Bandeira), mas principalmente na década de 1980 (os demais). Esses autores utilizam o conceito de populismo para explicar a organização hegemônica da política no Brasil pós 1945 e trabalham, de forma preferencial, com a dimensão de tempo curto e enfatizam o caráter conjuntural da deposição de João Goulart.

Bandeira enfatiza que a atuação internacional foi elemento nuclear da conspiração. Segundo esse autor, no início da década de 1960, pela primeira vez na História do Brasil, os trabalhadores exerceram, de forma ativa, alguma influência nas decisões governamentais. Tal fato decorreu da habilidade de João Goulart nas relações desenvolvidas com o movimento sindical e demais organizações populares. Enfrentou, em razão dessa capacidade de diálogo, que se desdobrava em projetos de políticas sociais, forte oposição conservadora. Essa oposição encontrou efetiva parceria na CIA e no capital internacional norte americano.

Segundo Bandeira, a interferência norte americana nos assuntos internos da política nacional brasileira pode ser identificada na estratégia da CIA de colaborar com iniciativas de desestabilização do governo Jango e na organização da Operação *Brother Sam*, que previa o desembarque de *marines* norte americanos no Brasil, caso houvesse uma reação do governo Goulart e dos movimentos populares à sua deposição.

Já René Dreiffus, fundamentado em extensa e minuciosa pesquisa documental, afirma que uma mobilização popular crescente e com potencial de autonomia começou a exercer forte pressão política sobre o governo, desestabilizando a economia e trazendo risco para os investimentos internacionais. Tal fato levou à articulação de uma conspiração liderada pelo capital multinacional que se aliou às elites orgânicas, técnico-empresariais e aos militares brasileiros. Organizações como o Instituto de pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), financiadas

16 BANDEIRA, Moniz. *O Governo João Goulart e as Lutas Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

17 DREIFFUS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981

18 STARLING, Heloísa. *Os Senhores das Gerais: Os Novos Inconfidentes e o Golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1986.

19 DULCI, Otávio. *A UDN e o Anti-Populismo no Brasil*. Belo Horizonte: Editora da UFMG/PROED, 1986.

pelo capital internacional, atuaram no sentido de fortalecer políticos conservadores contrariados com a dinâmica política em que o populismo deixou de ser uma forma de manipulação (articulação e consentimento) transformando-se em forma de participação (expressão de demandas).

Heloísa Starling, que se filia à orientação de Dreiffus, analisa, com maior detalhamento, a participação de políticos e militares do estado de Minas Gerais na deposição de Goulart. Destaca também a atuação do IPES como tendo sido altamente coesiva junto aos políticos conservadores deste estado da federação. Para a autora, o IPES fortaleceu as elites tradicionais de Minas Gerais, que se sentiam ameaçadas em uma conjuntura de forte fermentação ideológica e política. Além disso, em Minas Gerais, forças da polícia militar estadual aliaram-se aos conspiradores, inclusive ao exército que, sob o comando do General Olímpio Mourão Filho, desencadeou o primeiro deslocamento de tropas destinado a respaldar a deposição do presidente João Goulart e a enfrentar uma possível reação de seu “dispositivo militar”.

Otávio Dulci, por sua vez, afirma que a atuação da UDN foi muito importante na articulação do movimento que precedeu a deposição do presidente Jango, por ele identificada como conspiração anti-populista. Considera que, na dinâmica da crise, os objetivos dos udenistas somaram-se aos de outros segmentos políticos e sociais que também se opunham ao populismo de João Goulart. Também ressalta que os políticos da UDN fizeram oposição contundente ao presidente no parlamento, criticando “a fragilidade e demagogia” do seu governo e que dois importantes líderes do partido, Magalhães Pinto e Carlos Lacerda, respectivamente governadores de Minas Gerais e da Guanabara, tiveram importante participação nas articulações que precederam a deposição de João Goulart.

Em publicação datada de 2003, nova contribuição ao tema ganhou grande repercussão e provocou intensos debates. Trata-se da coletânea de livros escritos pelo jornalista Élio Gaspari. Seu primeiro volume dedica parte substantiva do texto à interpretação da crise de 1964.<sup>20</sup> Com redação clara, direta e fundamentada em vasta e inédita documentação escrita e oral, Gaspari se soma aos colegas historiadores e cientistas políticos, que enfatizam a dinâmica conspiratória do golpe de 1964. O faz, todavia, em uma análise exclusivamente contextual que acentua a importância dos militares no momento do golpe e nas articulações que o antecederam.

Interpretações que enfatizam uma visão conjuntural, com destaque para a questão da democracia:

Três autores, Wanderley Guilherme dos Santos,<sup>21</sup> Argelina Figueiredo<sup>22</sup> e Jorge Ferreira<sup>23</sup> são muito representativos de uma perspectiva interpretativa que alcançou grande repercussão na comunidade acadêmica nos últimos anos, apesar de que a contribuição de Santos data de 1986. A

20 GASPARI, Élio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

21 SANTOS, Wanderley Guilherme. *Sessenta e Quatro: Anatomia da Crise*. Rio de Janeiro: Vértice, 1986

22 FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou Reformas? Alternativas Democráticas à Crise Política -1061-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

23 FERREIRA, Jorge, Op. cit. 2003.

principal característica dessa linha de interpretação reside na sobrevalorização dos aspectos políticos da conjuntura pré-1964 e na adesão à interpretação histórica do tempo curto, quase contextual.

Em Figueiredo e Ferreira, a ênfase nos aspectos políticos da crise do início da década de 1960 ganha dimensão renovada, pois incorpora opinião de que a ausência de compromisso conjuntural, tanto dos segmentos de “esquerda”, quanto dos grupos “conservadores e de direita”, favoreceu o golpe de 1964.

As análises desenvolvidas por Argelina Figueiredo e Jorge Ferreira são identificadas por Toledo<sup>24</sup> e Badaró<sup>25</sup> como revisionistas. Concordamos que, pelo ângulo de sobrevalorização dos conflitos conjunturais em relação aos fatores estruturais, de certa forma, podem assim ser consideradas. A mesma ênfase avaliativa, entretanto, não se adéqua à sua visão sobre a questão da democracia. Isso, porque as críticas às proposições de Figueiredo e Ferreira não levam em consideração que a teoria da democracia não é unívoca e que sua prática é complexa.

A análise apresentada por Daniel Aarão Reis em texto datado de 1986,<sup>26</sup> muito contribui para a consideração de uma visão mais complexa da questão democrática. Segundo seu entendimento a democracia apresenta três dimensões: social, relacionada à distribuição da renda, direitos e propriedade; nacional, relativa à questão da dependência econômica e seus desdobramentos, e política, referente à real participação da sociedade civil na dinâmica política de seu país e comunidade. Dialogando com Reis, nosso entendimento é o de que a democracia, em sua forma ideal, é uma rede complexa de dimensões interconectadas que contempla deveres e direitos da cidadania, com especial destaque para os direitos sociais, econômicos, políticos.

Ora, as análises apresentadas por Figueiredo e Ferreira referem-se à dimensão política da democracia liberal clássica que é prioritariamente representativa. Na realidade, os dois autores não deixam de ter razão quando afirmam que, às vésperas de 1964, as condições de governabilidade foram desestabilizadas pela atuação cotidiana de sujeitos históricos em conflito. Além disso, em nossa opinião, cabe considerar que naqueles anos também estava em curso forte disputa referente à priorização de diferentes opções de democracia. Os movimentos sociais reformistas priorizavam a defesa da democracia econômica e social, efetivamente escassa e necessária no Brasil. Já os setores conservadores arvoravam-se como defensores da democracia política representativa que eles mesmos acabaram por ferir de morte, quando do golpe de 1964.

A breve reflexão acima apresentada sobre a questão democrática orienta a seguir apresentação um pouco mais detalhada das interpretações de Figueiredo e Ferreira.

Argelina Figueiredo, ao se referir à conjuntura que precedeu ao golpe de 1964, enfatiza o argumento de que as possibilidades de ampliação e consolidação de apoio às reformas foram prejudicadas

24 TOLEDO, Caio Navarro, Op. cit., 2004.

25 BADARÒ, Marcelo, Op. cit., 2006.

26 REIS, Daniel. “As Organizações Comunistas e a Democracia” in GARCIA, Marco Aurélio (org.). *As Esquerdas e a Democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/CEDEC, 1986.

por escolhas e ações que reduziram as oportunidades de sua implementação sob regras democráticas. Considera, também, que o conflito entre os defensores de opções políticas opostas radicalizou-se, desestabilizou as condições de governabilidade, acirrou o consenso negativo e solapou as possibilidades de manutenção da ordem democrática. Em seu entendimento, portanto, a crise teve como característica um forte conflito entre os opositores e os defensores das reformas de base, que se descuidaram do compromisso com a democracia política institucional.

Ferreira, que por sua vez, compartilha a argumentação de Figueiredo, afirma que: na historiografia sobre 1964 predominam paradigmas tradicionais, estruturalistas ou individualistas (personalização da culpa do golpe); o golpe não pode ser explicado apenas por fatores externos - conspiração internacional; Jango tentou uma estratégia de conciliação para as políticas de reformas de base (Plano Trienal). Essa estratégia, contudo, falhou por recusa das partes envolvidas no processo em negociar; a democracia não era prioritária nem na agenda da direita, nem na da esquerda.

Finalmente, Wanderley Guilherme dos Santos, em detalhada elaboração analítica, afirma ser necessário aplicar variáveis políticas aos esquemas explicativos estruturalistas de base econômica sobre o golpe de 1964. Sua linha interpretativa busca na política as principais explicações sobre a crise que culminou com a deposição de João Goulart. Ao fazê-lo, enfatiza que houve uma crise de governabilidade conjuntural, assim caracterizada: paralisia decisória; fragmentação de recursos de poder; radicalização ideológica; inconstância das coalizões formadas no Congresso Nacional; instabilidade governamental (rotatividade na direção de ministérios e agências estatais) e dispersão partidária.

Em suma, para Santos, Figueiredo e Ferreira, não foram dimensões estruturais, mas sim a radicalização política e a recusa à construção de um consenso em prol da governabilidade, os maiores responsáveis pelo rompimento da ordem constitucional em 1964.

### **Novo ciclo produtivo: acesso a documentação inédita, registro de efemérides e da relação da memória com a história**

No início do presente século, historiadores de uma nova geração trouxeram alento especial à produção historiográfica sobre os últimos anos do ciclo histórico encerrado em 1964. Seus trabalhos têm contribuído para minorar o esquecimento que, durante muitos anos, predominou sobre João Goulart e sobre as razões de sua deposição. Ao dialogarem com fontes inéditas e diversificadas adensaram, de forma significativa, o estado da arte sobre o golpe de 1964 e o regime militar.

Merece destaque especial o relevante trabalho desenvolvido por Carlos Fico.<sup>27</sup> Suas minuciosas pesquisas levaram-no a discordar das teses conspiratórias de médio prazo sobre a deposição de João

27 FICO, Carlos, op. cit., 2004; FICO, Carlos. *O grande irmão. Da Operação Brother Sam aos Anos de Chumbo. O Governo dos Estados Unidos e a Ditadura Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

Goulart e a insistir que o movimento golpista foi conduzido por lideranças importantes das forças armadas, no calor da conjuntura, sem maior planejamento anterior. Fico diferencia, de forma muito sutil, conspiração de desestabilização. Suas análises enfatizam que não houve atuação de forças conspiratórias para depor Goulart, mas sim uma desestabilização de seu governo.

Sua argumentação, que também atenta para as relações conflituosas entre memória e história ao afirmar que partidos políticos, organizações da sociedade civil e setores da igreja católica que se opunham a João Goulart, atuaram em prol da desqualificação e desestabilização de seu governo. Mas que, na linha de frente da deposição e sequente desqualificação do ex-presidente e do governo, estavam os militares. Fico também não desconhece que no cenário da guerra fria o governo dos EUA estava muito preocupado com os desdobramentos da política no Brasil. Em pesquisa realizada nos Arquivo Nacional norte-americano teve acesso a documentos que contribuem para melhor compreensão da Operação *Brother Sam* e seus impactos nos acontecimentos de 1964.

Aporte instigante e bastante original ao debate acadêmico sobre os anos João Goulart é encontrado em instigante livro escrito por Rodrigo Pato Sá Motta.<sup>28</sup> As principais fontes da pesquisa por ele realizada são caricaturas de Jango, quando presidente da República. Buscadas em diferentes periódicos, levaram o autor a apresentar, entre outras, a seguintes constatações: que no período de instabilidade do início da década de 1960, caricaturistas, de forma geral, contribuíram para disseminar uma imagem negativa do presidente Jango e que a críticas expressas nos traços desses artistas também se somaram ao caldo de manifestações que levaram ao enfraquecimento de seu governo. Sá Motta publicou novo livro em 2002, *Em guarda contra o perigo vermelho*, referente à história do anticomunismo no Brasil. No oitavo capítulo, analisa com detalhes a febre anticomunista que ganhou força no período do imediato pré 1964. Nessa fase de apogeu da guerra fria o ideário anticomunista encontrou no Brasil reformista de Goulart terreno fértil para sua organização e atuação, em uma perspectiva conspiratória que, segundo o autor favoreceu o golpe político.<sup>29</sup>

Quanto às efemérides, outros importantes livros, além dos de Fico<sup>30</sup> e Motta<sup>31</sup> foram lançados nessas ocasiões. Organizados, na sua maioria, como coletâneas, no ano de 2004, aos quarenta anos do golpe e no ano de 2006, aos trinta anos da morte de Jango, acrescentaram relevantes análises sobre a crise institucional e a deposição de Goulart. Também tomaram públicas novas informações sobre um tema pouco visitado, a trajetória política de Jango.<sup>32</sup> O escopo deste artigo não absorve

28 MOTTA, Rodrigo Pato Sá. *Jango e o Golpe de 1964 na Caricatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

29 MOTTA, Rodrigo Sá. *Em Guarda Contra o Perigo Vermelho*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002. Nesse livro a interpretação de Motta aproxima-se da teoria da conspiração sobre 1964.

30 FICO, Carlos, Op. cit., 2004.

31 MOTTA, Rodrigo, Op. cit., 2006.

32 Trata-se dos seguintes livros: REIS, Daniel, RIDENTE, Marcelo, MOTTA, Rodrigo. *O Golpe a Ditadura Militar. 40 anos Depois*. Bauru: EDUSC, 2004; MUNTEAL, Oswaldo, VENTAPANE, Jacqueline e FREIXO, Adriano (org.). *O Brasil de João Goulart: Um Projeto de Nação*. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006; FERREIRA, Marieta (org.). *João Goulart. Entre a Memória e a História*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006; GOMES, Angela de Castro e FERREIRA, Jorge. *Jango as Múltiplas Faces*. Rio de

a possibilidade de comentá-los de forma mais detida, posto que escritos por muitos autores, mas algumas inferências indicam a dimensão de sua relevância:

- no conjunto, quatro deles, incluindo o de autoria de Motta trazem o nome João Goulart no seu título. Mais ainda, o livro publicado por Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes é inteiramente dedicado a analisar sua carreira e seu perfil político. Essas escolhas talvez possam ser indicativas de que o homem público João Belchior Marques Goulart começa a ser reconhecido como importante sujeito histórico da trajetória republicana brasileira<sup>33</sup>;
- sua elaboração contou com textos de gerações diferentes de historiadores, o que propiciou diálogo de temporalidades e de opções teóricas e metodológicas;
- alguns deles, com realce especial, para os assinados por Fico, Ferreira, Gomes, Motta, Montrel, Ventapane e Freixo, apresentam pesquisa original de fontes, que traz novas informações para construção do conhecimento histórico e para um melhor balizamento da produção anterior;
- a discussão sobre a relação entre memória, história e esquecimento, com foco na pessoa de João Goulart, é trabalhada com acuidade por Angela de Castro Gomes, Marieta Ferreira e Carlos Fico. A análise dos três autores sobre Jango coincide com aquela que foi apresentada no início deste artigo. Ou seja, pouca atenção tem sido dada ao ex-presidente cuja trajetória tem sido alvo de dois movimentos indutivos: de construção do esquecimento e de predomínio do silêncio. Ambos estão inseridos no campo de memórias em conflito.

### Considerações finais:

A efervescência do início da década de 1964 e os acontecimentos, conflitos e projetos que a caracterizam tiveram como desfecho o golpe de estado de 1964, marco inaugural de uma conjuntura política, marcada por crescente autoritarismo.

Não foi a primeira vez, na trajetória republicana brasileira, que uma experiência democrática foi interrompida. Triste sina a da realidade política do Brasil! Usualmente ela não considera normais as disputas e divergências peculiares à democracia política e, muito menos, absorve como inerente à democracia a efetiva participação de organizações sociais no cotidiano das relações políticas. Assim aconteceu em 1964.

---

Janeiro: Editora FGV, 2006; SEMINÁRIO 40 ANOS DO GOLPE DE 1964. *1964-2004: Quarenta Anos do Golpe – Ditadura Militar e Resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2004.

33 Cabe ressaltar que, no ano de 2011, Jorge Ferreira, publicou uma alentada e inédita biografia de João Goulart, que pode ser considerada como a primeira publicação personalizada sobre o ex-presidente que se distancia de ideais naturalizadas sobre sua incompetência.

Na verdade, o estigma autoritário que tem marcado como tatuagem a tradição histórica brasileira se fez presente naquele ano e nos seguintes. Como consequência, o dilema referente à dificuldade de consolidação de experiências democráticas no Brasil continuou a permear o cotidiano da população brasileira nos anos que sucederam ao golpe de estado.

Analisar os fatores que engendram rupturas de ordens democráticas é tarefa complexa, supõe identificação e compreensão da multiplicidade de variáveis presentes nas conjunturas que precedem essas rupturas e supõe também compreensão da realidade da longa duração que nelas se atualiza. Somente nas relações entre variáveis estruturais e o conjunturais encontram-se explicações consistentes para processos e acontecimentos históricos. Nesse sentido, o diálogo de contribuições diversificadas baseadas em sólidas pesquisas documentais e em referenciais teóricos adequados poderá ampliar o ainda insuficiente conhecimento sobre a dinâmica daquele tempo de densa História.

Finalmente, cabe registrar que este balanço não deve ser encerrado sem o registro de nossa convicção de que os responsáveis pela deposição de João Goulart foram militares, respaldados por apoio internacional e em parceria com partidos políticos, segmentos e organizações da sociedade civil que se opunham à opção política do presidente e de seus aliados históricos. Foram os grupos políticos conservadores, históricos opositores do trabalhismo, os responsáveis pela interrupção da experiência democrática brasileira em 1964. Foram eles também que, à frente do governo federal, reproduziram por vinte anos uma prática discricionária, autoritária, arbitrária e excludente. Inauguraram e reproduziram o tempo da ditadura no Brasil pós 1964.

## Bibliografia

- BADARÓ, Marcelo Mattos. "O Governo João Goulart: Novos Rumos da Produção Historiográfica." *Revista Brasileira de História* v. 28, n. 55, 2008.
- BANDEIRA, Moniz. *O Governo João Goulart e as Lutas Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- BANDEIRA, Moniz. *O Governo João Goulart. As Lutas Sociais no Brasil – 1961-1964*. 8ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.
- CARDOSO, Fernando Henrique. "Associated-Dependent Development: Theoretical and Practical Implications" in STEPAN, Alfred (ed.). *Authoritarian Brazil*. New Haven: Yale University Press, 1973.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. "1964: Temporalidades e Interpretações" in REIS, Daniel, RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O Golpe e a Ditadura Militar. 40 Anos Depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves, BEZERRA, Manuela e COELHO, Virgílio. *Um Olhar Sobre uma Lacuna a Produção Historiográfica Sobre o Governo João Goulart. Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia: Historiografia e Modernidade*. Mariana: UFOP, 2007.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *PTB: Do Getulismo ao Reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. "Trabalhadores na Crise do Populismo: Utopia e Reformismo" in TOLEDO, Caio Navarro (org). *1964: Visões Críticas do Golpe*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. "Partidos Políticos e Frentes Parlamentares: Projetos, Desafios e Conflitos na Democracia" in FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano. O Tempo da Experiência Democrática*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. 2ªed. *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil (1961-1964)*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- DREIFFUS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- DULCI, Otávio. *A UDN e o Anti-Populismo no Brasil*. Belo Horizonte: Editora da UFMG/PROED, 1986.
- FERNANDES, Florestan. *O Brasil em Compasso de Espera*. São Paulo: HUCITEC, 1981.
- FERNANDES, Florestan. "O Significado da Ditadura Militar" in TOLEDO, Caio Navarro (org). *1964: Visões Críticas do Golpe – Democracia e Reformas no Populismo*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
- FERREIRA, Jorge. "A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização popular" in *Revista Brasileira de História* n. 47, 2004.
- FERREIRA, Jorge. "Entre a história e a memória: João Goulart" in FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *As esquerdas no Brasil. Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.
- FERREIRA, Jorge. *Jango*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- FERREIRA, Jorge. "O Governo Goulart e o Golpe Civil Militar de 1964" in FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida. *O Brasil Republicano. O Tempo da Experiência Democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FERREIRA, Marieta. "Goulart, João Melchior Marques" in *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Pós 1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV, v. III, 2001.
- FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- FICO, Carlos. *O grande irmão. Da operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política de 1961-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- GASPARI, Élio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GOMES, Ângela de Castro. "Memórias em disputa: Jango Ministro do Trabalho ou dos trabalhadores?" in FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- GOMES, Angela de Castro e FERREIRA, Jorge. *Jango, as múltiplas faces*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

- GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.
- IANNI, Otávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- MOTTA, Rodrigo Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.
- MOTTA, Rodrigo Pato Sá. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- MUNTEAL, Oswaldo, VETEPANE, Jacqueline e FREIXO, Adriano (orgs.). *O Brasil de João Goulart: um projeto de nação interrompido*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- OLIVEIRA, Francisco. *Economia Brasileira: a crítica à razão dualista*. São Paulo: CEBRAP, 1975.
- REIS, Daniel. "As Organizações Comunistas e a Democracia" in GARCIA, Marco Aurélio (org.). *As Esquerdas e a Democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/CEDEC, 1986.
- REIS, Daniel, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Sá. *O golpe e a ditadura militar, 40 anos depois*. Bauru: EDUSC, 2004.
- REIS, José Carlos. *Tempo, História e Evasão*. Campinas: Papyrus, 1994.
- STARLING, Heloísa. *Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- TOLEDO, Caio Navarro. "1964: golpismo e democracia. As falácias do revisionismo" in *Crítica Marxista* n.19, 2004.
- TOLEDO, Caio Navarro. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- TOLEDO, Caio Navarro. "Democracia populista golpeada" in TOLEDO, Caio Navarro (org.). *1964: visões críticas do golpe*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
- SANTOS, Wanderley Guilherme. *Sessenta e Quatro: Anatomia da Crise*. Rio de Janeiro: Vértice, 1986.
- SEMINÁRIO 40 ANOS DO GOLPE DE 1964. *1964-2004: Quarenta Anos do Golpe – Ditadura Militar e Resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2004.
- SILVA, Hélio. *1964: golpe ou contragolpe?* Porto Alegre: LP&M, 1978.